



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 42ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e seis minutos do dia treze de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Wellington Fagundes, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Jayme Campos, Leila Barros, Alessandro Vieira, Margareth Buzetti, Beto Faro, Jorge Kajuru, Teresa Leitão, Eduardo Gomes, Jorge Seif, Damares Alves e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Augusta Brito, Izalci Lucas e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Confúcio Moura, Giordano, Marcos do Val, Eliziane Gama, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Rogerio Marinho, Jaime Bagattoli e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência comunica recebimento de carta aberta da Associação de Servidores da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico que trata de recomendações referentes às futuras nomeações para cargos de diretoria na Agência. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Discurso. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei nº 4551, de 2020 - Terminativo - que: "Altera as Leis nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para prever descontos para pessoas com deficiência nos valores cobrados para ingresso e utilização de serviços nas unidades de proteção integral do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senador Wellington Fagundes. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Adiado. ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo nº 152, de 2021 - Não Terminativo - que: "Susta o Decreto no 10.657, de 24 de março de 2021, que institui a Política de Apoio ao Licenciamento Ambiental de Projetos de Investimentos para a Produção de Minerais Estratégicos - Pró-Minerais Estratégicos, dispõe sobre sua qualificação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e institui o Comitê Interministerial de Análise de Projetos de Minerais Estratégicos." Autoria: Senador Paulo Rocha (PT/PA). Relatoria: Senador Beto Faro. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Projeto de Lei nº 5160, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a cultura oceânica no currículo escolar do ensino fundamental e do ensino médio." Autoria: Senadora Zenaide Maia (PSD/RN). Relatoria: Senadora Teresa Leitão. Relatório: Pela aprovação com emendas. Resultado: Adiado. ITEM 4 - Projeto de Lei nº 13, de 2024 - Não Terminativo - que: "Modifica as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para determinar a aplicação mínima de 20% dos royalties, participação especial e excedente em óleo da União na implementação de projetos de apoio à preservação da Floresta



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amazônica, defesa das tradições e ambientes dos povos originários, integração logística, exploração sustentável dos recursos naturais, e promoção da justiça social nos territórios afetados diretamente pela atividade de pesquisa e lavra de hidrocarbonetos." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (/AP). Relatoria: Senador Beto Faro. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Wellington Fagundes

Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2024/11/13>

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 42ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 13 de novembro de 2024.

Comunico que foi apresentada a esta Comissão Carta Aberta da Associação dos Servidores da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico sobre a importância da nomeação dos diretores da agência, de se evitar longos períodos de vacância nos cargos e da imprescindível necessidade de que se observem os critérios técnicos exigidos por lei nas próximas nomeações,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os quais, por força do Regimento Interno do Senado Federal, passam pela Comissão de Meio Ambiente.

O documento, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estará disponível para consulta no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Adicionalmente, a Presidência solicita à secretaria que envie cópia do documento a todos os membros da Comissão de Meio Ambiente.

Aprovação da ata.

Antes de iniciarmos os trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 41ª Reunião, realizada em 30 de outubro de 2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata foi aprovada e será publicada no *Diário Oficial do Senado Federal*. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discursar.) – Sra. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, ontem foi o Dia do Pantanal. Estamos aqui não só para celebrar esse bioma único, mas também para reafirmar nosso compromisso em proteger e conservar uma das maiores riquezas naturais do Brasil e do mundo.

O Pantanal, reconhecido pela Unesco como patrimônio natural e mundial, é uma das maiores planícies alagáveis do planeta e exige nossa atenção para um futuro sustentável, que alie desenvolvimento e conservação.

Estamos trabalhando incansavelmente para a aprovação do Estatuto do Pantanal, que já passou pela Comissão de Meio Ambiente do Senado e, agora, está em análise na Câmara dos Deputados.

Esse estatuto estabelece diretrizes essenciais para o uso sustentável do bioma, preservando a cultura e as práticas dos pantaneiros, que há séculos cuidam dessa terra.

A urgência dessa regulamentação fica ainda mais evidente com os dados alarmantes apresentados hoje pelo Poder 360º. Segundo uma reportagem publicada pelo jornal, um estatuto do MapBiomias revela que o Pantanal sofreu uma redução de 61%, em suas áreas



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alagadas, nos últimos 38 anos. Em 2023, a área alagada caiu para 3,3 milhões de hectares, 61% menos do que a média histórica. Essa diminuição das áreas alagadas está acompanhada de períodos de seca mais prolongados e cheias mais curtas, condições que têm agravado a ocorrência de incêndios intensivos e também muito frequentes. Não podemos ignorar que, entre 2019 e 2024, o fogo devastou mais de 5,8 milhões de hectares no nosso Pantanal, atingindo áreas que antes eram permanentemente alagadas.

O aumento da ocupação humana na Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai e a expansão da agricultura e a pastagem tornaram o bioma ainda mais vulnerável; por isso, o nosso empenho em aprovar o Estatuto do Pantanal é essencial. Esse projeto visa a integrar ações de conservação com incentivos ao manejo sustentável do fogo e à promoção de alternativas econômicas que preservem o bioma.

Na próxima semana, avançaremos em nosso compromisso com a proteção e o desenvolvimento sustentável do Pantanal. O requerimento para uma diligência externa, apresentado pela minha colega Senadora Rosana Martinelli, com o meu total apoio, já havia sido aprovado pela Comissão de Meio Ambiente e também, ontem, recebeu a aprovação da Comissão de Educação, ampliando o alcance e a importância dessa missão.

A Presidente da CMA, a Senadora Leila Barros, e também outros Senadores e representantes da Assembleia Legislativa de Mato Grosso já confirmaram presença.

O Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão de Educação, afirmou que, caso não possa comparecer, irá designar um representante. Aliás, até já me designou!

A participação da Comissão de Educação é fundamental, pois contaremos com a presença de universidades e também do Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal (INPP). As universidades quero dizer aqui, faço questão: a Universidade Federal de Mato Grosso; a Universidade Federal de Rondonópolis; o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia; e também a Universidade Estadual de Mato Grosso.

E, com isso, é claro, todos esses órgãos trarão um conhecimento técnico e as pesquisas que são essenciais para toda a nossa discussão. Assim, então, poderemos abordar de forma integrada também as questões educacionais, agregando valor ao debate sobre as consequências das queimadas e os caminhos para um desenvolvimento sustentável do Pantanal.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meus amigos e amigas, o Estatuto do Pantanal representa uma legislação abrangente e indispensável para proteger as características locais da região. Ainda propõe o Selo Pantanal Sustentável, que agregará valores aos produtos e serviços do bioma, incentivando uma economia responsável e que respeite o meio ambiente.

Nosso trabalho continua para que o estatuto se torne realidade. Com ele, queremos assegurar que o Pantanal e todos que dele dependem possam ter um futuro sustentável. Contamos, então, com o apoio de todos nessa conquista para que juntos possamos entregar às próximas gerações um Pantanal próspero e protegido.

Quero aqui também comunicar que, como Presidente, eu vou determinar que toda a assessoria da Comissão esteja conosco lá em Mato Grosso. *(Risos.)* Determinação! É decisão aqui deliberada.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Como todos concordaram, então é uma determinação. *(Risos.)*

Mas, olha, brincadeira à parte, no nosso Pantanal, é claro que a gente está vivendo um momento melhor neste momento, porque as chuvas chegaram, então a agonia que vivíamos poucos dias atrás, com a fumaça, com a cinza... Apesar de que a cinza ainda é problema, porque isso vai para os rios, é a famosa decoada, e ainda pode matar peixes, enfim. Mas este momento será muito oportuno para estarmos lá, visitando o Pantanal, porque é o momento quando começa a reflorescer, porém ainda é possível ver todo o impacto do que foram as queimadas.

Ontem, o Presidente Arthur Lira já determinou e já colocou na pauta... E foi aprovada a urgência desse projeto de lei, que foi inclusive apensado a um outro projeto – eu gostaria até que minha assessoria pudesse me trazer o outro projeto que foi também apensado, da Deputada do Mato Grosso do Sul –, e, claro, vamos, então, trabalhar em conjunto.

A outra Parlamentar é a Deputada Dilvanda Faro. *(Pausa.)*

Camila Jara? E aqui está escrito Dilvanda Faro. *(Pausa.)*

É a Relatora? Tá. *(Pausa.)*

Está bem. Camila Jara, do PT, do Mato Grosso do Sul.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é importante dizer que o nosso Pantanal é um Pantanal único, no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Então, os problemas e as soluções, com certeza, serão tratados em conjunto.

E aqui eu, inclusive, quero também chamar atenção: o Supremo Tribunal Federal, através da ADO 63, estabeleceu, em junho deste ano, um prazo de 18 meses para que o Congresso Nacional aprove uma lei específica para a proteção do Pantanal. A ação foi movida pela Procuradoria-Geral da República e estava em análise na corte desde 2023. O voto do Ministro André Mendonça apontou negligência e omissão do Congresso Nacional na proteção do Pantanal, e foi aprovado por nove dos onze Ministros. Então, isso é importante para que todos tenham noção da importância, que todos os Poderes reconhecem, dessa necessidade de uma normativa jurídica.

É importante dizer que Mato Grosso do Sul já tem uma legislação estadual, portanto a situação lá é um tanto melhor, e em Mato Grosso não tínhamos nenhuma legislação estadual. A Assembleia Legislativa, através do trabalho e da liderança do Deputado Avallone, que é o Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, aprovou uma lei estadual. Depois essa lei foi questionada pelo Ministério Público, fizeram várias outras reuniões e chegaram a um entendimento da aprovação final da lei estadual de Mato Grosso, do Pantanal. Foi, inclusive, sancionada pelo Governador, mas infelizmente o Partido Verde nacional entrou também com a suspensão da lei.

Eu quero aqui dizer que todos têm autonomia, têm direito, isso é democrático, mas o Pantanal Mato-Grossense, assim como a Amazônia, tem que receber sugestões de quem não vive lá, mas eu acho que o mais importante é quem vive, que sabe a complexidade de cada bioma e de cada situação. Eu falo isso porque agora há pouco eu estive na Europa com a Aprosoja, a Associação dos Produtores de Soja, tanto do Mato Grosso como também nacional, onde fomos discutir com a comunidade europeia a questão do desmate zero, uma lei que eles definiram e que já era para valer agora, até o final do ano.

É claro que, depois de todos os argumentos que tivemos, com os embaixadores brasileiros e também outros países, como Alemanha, Estados Unidos, pela dificuldade que eles próprios teriam de cumprir aquela lei, resolveram, então, postergar por mais um ano.

Mas o que nos traz aqui uma observação muito importante, brasileiros que estão nos assistindo, é a gente ver, lá fora, brasileiros que vão lá para levar uma imagem negativa do nosso país. Nós temos uma das legislações ambientais mais modernas do mundo. É um exemplo o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil, em termos de preservação ambiental. A nossa Amazônia carece é de investimentos, principalmente em pesquisa, porque, hoje, a maioria do volume das queimadas se dá exatamente nos assentamentos que foram feitos pelo Governo Federal, em que as pessoas foram jogadas na terra; não se teve uma política pública definida. Aliás, nessa questão da reforma agrária, até hoje, no Brasil, não conseguimos fazer uma política de Estado. É política de governo. Cada governo de plantão resolve fazer uma coisinha aqui, uma coisinha lá e deixa, simplesmente, a população em situação extremamente vulnerável.

Por isso eu chamo atenção: a solução no Brasil tem que ser feita por nós brasileiros.

É claro, aqueles na comunidade internacional que entendem a importância da preservação de todos os nossos biomas, da Mata Atlântica, e assim também nós brasileiros entendemos...

Agora, é importante que isso não fique só no discurso internacional, mas que os recursos efetivamente cheguem e de forma não burocratizada. Porque para você acessar, hoje, um Fundo Amazônia para, digamos, uma entidade brasileira, uma comunidade brasileira, a dificuldade é extremamente grande, além dos custos do Brasil – para você conseguir fazer um projeto, buscar certidões e tudo o mais, é muito complexo.

Por isso eu quero aqui também parabenizar a Deputada Dilvanda Faro, que é a Relatora do projeto, e também a Deputada Camila Jara, do PT, de Mato Grosso do Sul, por essa iniciativa.

Mais uma vez, então, convido a todos. A Senadora Leila já confirmou a presença. A programação, nós estamos concluindo hoje, mas eu já adianto: na quinta-feira, então, teremos, no período da tarde, um grande simpósio, uma reunião, uma discussão na Assembleia Legislativa. Vai ser transmitido pela TV Assembleia, em parceria com a TV Senado, é claro, Rádio Senado e Rádio Assembleia. Lá, teremos a presença também de todas as autoridades mato-grossenses e de algumas autoridades de fora. Então, será uma oportunidade única para que a gente possa discutir soluções do nosso Pantanal.

Na sexta-feira, no sábado e no domingo, há um convite feito pelo Sesc Pantanal, que é uma grande área de reserva, de mais de 100 mil hectares.

Já aproveito aqui, Senador, para convidá-lo. Toda a Comissão está convidada para esse evento.

Lá estaremos também em uma reunião em pleno Pantanal, no grande *resort* do Sesc Pantanal. Esse empreendimento foi feito pelo Sesc nacional. Lá também temos muitas



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

universidades que fazem pesquisa e será também um momento oportuno para que a gente possa conhecer o Pantanal. Vamos fazer sobrevoos de helicóptero, andar a cavalo, estar também de barco, enfim, para verdadeiramente termos a oportunidade de conhecer o Pantanal.

Eu gostaria... V. Exa. pode assumir a Presidência?

Com isso, então, eu faço a leitura.

Pode? Não? *(Pausa.)*

Bom, como também temos tantos outros compromissos, a Senadora Leila pediu e realmente gostaria de estar aqui, inclusive para que a gente pudesse dar qualquer encaminhamento na pauta, e não sendo possível, nós vamos dar por encerrada esta sessão.

É claro que, na semana que vem, não teremos sessão, não é? *(Pausa.)*

Será feriado na quarta. Vamos estar no Pantanal – todos estão convidados – na semana que vem. Na outra semana, então, continuaremos aqui a pauta.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 23 minutos.)